

OS PADRÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO EXTERIOR: O CASO DAS INTERCAMBISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE¹

The standards of identification of Brazilian woman: the case of Exchange
students at the Fluminense Federal University

Marianna Albuquerque²

Danillo Bragança³

Larissa Lima⁴

Resumo

Sensual, quente, fácil e disponível são palavras que constroem a narrativa da mulher brasileira em seus padrões de identificação no exterior. Esses padrões imagéticos criam imagens pré-concebidas, que interferem na experiência que tais mulheres vivem e sentem ao estarem em outro território. O objetivo do artigo, portanto, é mostrar, por meio das teorias feministas e pós-coloniais das Relações Internacionais, como tal narrativa foi construída por meio de termos e imagens que associam a mulher brasileira, enquanto "mulher do Terceiro Mundo", a um duplo sistema de opressões. Para tal, serão apresentados discursos e imagens, reforçados pelo Estado brasileiro, além de dados obtidos por meio de pesquisa de *survey* com alunas da Universidade Federal Fluminense (UFF) que sofreram situações de opressão durante intercâmbio acadêmico na Europa relacionadas às características de gênero e origem. A fim de ilustrar o argumento, relatos anônimos das experiências das intercambistas são apresentados, de forma a demonstrar os efeitos do duplo sistema de opressões na prática.

Palavras-Chave: Gênero. Mulher Brasileira. Pós-Colonialismo. Intercâmbio Acadêmico. *Survey*.

Abstract

Sensual, hot, easy and available are words that compound the Brazilian woman's narrative, in her patterns of identification abroad. These imaging patterns create preconceived images that interfere in the experience that those women live and feel while in another territory. The aim of the paper, therefore, is to show, through the feminist and postcolonial theories of International Relations, how such narrative was constructed, through terms and images that associate the Brazilian woman, as "woman of the Third World", to a double system of oppression. To do this, we will present speeches and images, reinforced by the Brazilian State, as well as data obtained through a survey applied to students of the Fluminense

¹ O artigo foi escrito com base do trabalho de conclusão de curso da autora Larissa Lima, orientada pelos demais co-autores, no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense, no primeiro semestre de 2019. A íntegra dos relatos obtidos e dos dados apresentados constam na monografia, que será disponibilizada para consulta no site oficial do curso.

² Doutoranda em Ciência Política (IESP-UERJ) e Coordenadora Adjunta do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Professora substituta da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST-UFF) entre 2017 e 2019.

³ Doutorando em Ciência Política (DCP-UFF). Professor colaborador da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST-UFF).

⁴ Bacharel em Relações Internacionais (INEST-UFF).

Federal University who suffered situations of oppression related to the characteristics of gender and origin during academic exchange in Europe. To illustrate the argument, anonymous statements of exchange students' experiences are presented to demonstrate the practical effects of the dual system of oppression.

Keywords: Gender. Brazilian woman. Post-Colonialism. Academic Exchange. Survey.

Introdução

Em um mundo de relações sociais dinâmicas e interconectadas, o contato interpessoal e as narrativas criadas a partir do encontro de diferentes são características constitutivas dos papéis sociais e das percepções compartilhadas em uma sociedade. É nesse sentido que, em termos sociológicos, prevalece a abordagem de interpretar as relações dos campos do masculino e do feminino não pela dimensão do sexo e dos aspectos biológicos, mas a partir da semântica do gênero. Este termo simboliza não só relações sociais fundadas em diferenças que tomam o sexo como ponto de partida, mas avança também para a compreensão de formas de dar significado a relações de poder (SCOTT, 1988).

Ainda segundo Scott, enquanto um fator constitutivo de relações sociais, o conceito de gênero engloba quatro elementos inter-relacionados, sendo eles: os símbolos culturalmente disponíveis em uma sociedade, que, segundo a autora, evocam múltiplas (e geralmente contraditórias) representações simbólicas; os conceitos normativos, que expressam interpretações dos significados dos símbolos, sendo tais conceitos manifestados em doutrinas religiosas, educativas, jurídicas, políticas, científicas, entre outras; as instituições sociais, a organização social e econômica (como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político); e as identidades subjetivas, que envolvem a noção de que há transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de "aculturação". Com isso, a autora propõe a noção de que as identidades *genderificadas* são substantivamente construídas pelos sujeitos (SCOTT, 1988, p. 1067-1068).

Esse processo social dá origem a um sistema de notáveis desvantagens às mulheres em relação aos homens, nas mais diversas esferas, como as econômicas, políticas, acadêmicas ou sociais. A tal sistema, se chama patriarcado. Entretanto, as teóricas do patriarcado, cujo foco de estudo é não somente a subordinação/sujeição das mulheres, mas também os motivos que

explicam a necessidade de dominação destas por parte dos homens, divergem quanto ao elemento principal deste sistema. Enquanto algumas têm como chave a reprodução, outras têm como elemento central a sexualidade, pois “a objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade” (MCKINNON, 1982, p. 7:515, 541; tradução livre)⁵.

Nessa linha, este artigo se insere na temática da objetificação sexual e seu uso como elemento de subordinação/sujeição das mulheres, articulada aos padrões de identificação da mulher brasileira. Estes perpassam não apenas o conceito de gênero e o sistema patriarcal, mas a própria objetificação sexual da mulher brasileira como elemento cerceador e constrangedor. Esta última faceta, aliás, serve ao objetivo central do trabalho: compreender como tal narrativa foi construída, por meio de termos e imagens que associam a mulher brasileira, enquanto “mulher do Terceiro Mundo”, a um duplo sistema de opressões. Para cumprir esta tarefa, o artigo apresentará dados de como esses padrões de identificação afetaram a experiência internacional de alunas da Universidade Federal Fluminense (UFF) que realizaram algum programa de intercâmbio para a Europa durante o curso de graduação.

O presente texto é dividido em três seções, além desta breve introdução. A próxima seção analisará, por meio da teoria feminista e pós-colonial no campo das Relações Internacionais, as formas pelas quais construiu-se uma imagem da “Mulher do Terceiro Mundo”, que sofre um duplo sistema de opressão: de gênero e de origem. Em seguida, apresentaremos como esses estereótipos formam imagens reproduzidas nos discursos sociais e, no caso do Brasil, também pelo poder público e os representantes do Estado. Na terceira seção, aplicaremos essa construção discursiva para a análise de dados e relatos obtidos por meio de um *survey* aplicado às alunas da UFF que, durante período de intercâmbio acadêmico na Europa, estiveram submetidas a esse duplo sistema de hierarquias que as categoriza como mulheres e também como brasileiras.

⁵ “Sexual objectification is the primary process of the subjection of women. It unites act with word, construction with expression, perception with enforcement, myth with reality” (MCKINNON, 1982, p. 7:515, 541).

Construção das Diferenças: a “Mulher do Terceiro Mundo”

Apesar de ser um tema sociológico que se reproduz, em algum grau, em todos os Estados do sistema internacional, o acercamento entre as questões de gênero e as Relações Internacionais (RI) ocorreu tardiamente, na conjuntura do chamado “terceiro debate teórico”, que teve início no final da década de 1980. Enquanto o primeiro debate se deu entre realistas e idealistas, e o segundo entre behavioristas e tradicionalistas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), o terceiro debate representa um desafio ao pensamento positivista, hegemônico entre a década de 1950 até meados dos anos 1980, em que eram utilizados métodos e pressupostos retirados da ciência econômica e do liberalismo clássico como mecanismos para estabelecer leis gerais da política internacional. Nesse contexto, não apenas os Estados despontam como protagonistas, abrindo espaço também para as individualidades, a partir da valorização de atores domésticos e transnacionais e seus impactos nas tomadas de decisões envolvendo a política externa. É assim que as teorias feministas e pós-coloniais emergem como alternativas à epistemologia do campo.

Uma vez ultrapassado o caráter individual das correntes positivistas, a diferença de gênero é utilizada nas RI como base para a desconstrução e desnaturalização de normas, discursos e condutas coletivas. O processo de socialização, por sua vez, por meio das instituições (família, igreja, escola e Estado, por exemplo), não apenas define as identidades do masculino e feminino, como também cria uma hierarquia, na qual o papel do homem está acima do papel da mulher. Tais hierarquias sociais ressoam não apenas no âmbito interno, doméstico, como também ecoam no âmbito externo, no Sistema Internacional, evidenciando como se dão as relações de poder, e, portanto, como se dá a política.

Nesse sistema, historicamente, as relações de poder nas RI estiveram relacionadas com acesso a recursos, sejam estes militares ou econômicos. A posse e a capacidade de articulação destes ativos diferenciavam os Estados poderosos daqueles de pouca projeção, que tinham como opções o alinhamento ou a destruição. Foi construído, portanto, um sistema que naturalizava assimetrias, diferenças e dominação. A expressão máxima dessa percepção de superioridades e inferioridades entre os Estados tomou a forma

das expansões imperialistas e da construção das narrativas de colonialidades. Por essas formações discursivas, são construídos simbolicamente padrões de civilização, a partir de um ponto de vista ocidental e liberal, que hierarquiza nações a partir da adesão ou distanciamento das práticas da cultura dominante, em um processo semelhante à construção social das diferenças entre o campo do feminino e do masculino.

Sucintamente, o colonialismo marca não só a invasão e a incorporação de territórios, mas também o processo histórico em que o Ocidente tenta, sistematicamente, negar ou cancelar a diferença cultural ou o valor do “não-Ocidente”. É marcado pelo discurso, produzido e disseminado pelo Ocidente, da superioridade deste em relação ao Oriente. Além disso, também é permeado por binarismos essencialistas, tais como branco-negro, colonizado-colonizador, Oriente-Occidente, Norte-Sul. É o que aborda o autor Edward W. Said, um dos principais nomes do pós-colonialismo, em sua obra *Orientalism* (1979),

[...] o Oriental é descrito como algo que se julga (como um tribunal), algo que se estuda e descreve (como num currículo), algo que se disciplina (como numa escola ou prisão), algo que se ilustra (como num manual de zoologia). O ponto é que em cada um desses casos o Oriental é contido e representado por estruturas dominadoras (SAID, 1979, p. 40; tradução livre).⁶

Em síntese, se compreende que o pós-colonialismo surge do entendimento de que é preciso questionar a narrativa histórica oficial, permitindo o surgimento de outras perspectivas. Ocorre, então, uma “revisitação” à narrativa colonial, a fim de entender seus defeitos e consequências. Porém, central para o presente artigo é o foco que tal perspectiva teórica brinda ao discurso que sustentava o colonialismo, uma vez que, segundo o pós-colonialismo, tal discurso acabou por moldar o *self* do colonizado a partir do entendimento do colonizador. É justamente neste ponto que se introduz a interseção entre as teorias pós-colonialistas e feministas. Segundo Miriam Adelman (2004), ambas compartilham a “epistemologia da

⁶ “(...) the Oriental is depicted as something one judges (as in a court of law), something one studies and depicts (as in a curriculum), something one disciplines (as in a school or prison), something one illustrates (as in a zoological manual). The point is that in each of these cases the Oriental is contained and represented by dominating frameworks.” (SAID, 1979, p. 40).

alteridade” (p.20), baseada na preocupação de resgatar experiências invisibilizadas e silenciadas, para promover a desconstrução de discursos.

Ao ser realizado tal trabalho de desconstrução, e captar os mecanismos e estratégias utilizados na disseminação e perpetuação de tais narrativas, é possível perceber a existência de uma diferença no que diz respeito à percepção e retratação da “mulher do Terceiro Mundo”. A indiana Chandra Mohanty (1984) trata da temática, ao afirmar que:

Esta mulher do Terceiro Mundo leva uma vida essencialmente truncada com base em seu gênero feminino (leia-se: sexualmente restrito), e ser "terceiro mundo" (leia-se: ignorantes, pobres, sem instrução, tradicionais, doméstica, orientadas para o âmbito familiar, vitimizadas, etc.). Isso, eu sugiro, está em contraste com a autorrepresentação (implícita) das mulheres ocidentais como educadas, modernas, como tendo controle sobre seus próprios corpos e sexualidades, e a liberdade de tomar suas próprias decisões. A distinção entre a reapresentação feminista ocidental das mulheres do terceiro mundo, e autoapresentação feminista ocidental, é uma distinção de mesma ordem que a de alguns marxistas entre as funções de "manutenção" da dona de casa, e do verdadeiro papel "produtivo" do trabalho assalariado, ou a caracterização por desenvolvimentistas, do terceiro mundo como sendo envolvido na menor produção, de "matéria-prima", em contraste com a atividade produtiva "real" do Primeiro Mundo (MOHANTY, 1984, p. 337; tradução livre).⁷

Além das representações da “mulher do Terceiro Mundo” feitas pelas mulheres ocidentais, há também a representação fruto do imaginário do homem colonialista, o homem das “metrópoles”, explicitado por Adelman,

[...] no imaginário do homem colonialista (que se manifesta tanto numa longa tradição ocidental literária e artística quanto nas representações midiáticas da atualidade), essa Mulher não ocidental frequentemente aparece como repositório de uma sexualidade livre, ainda não submetida aos controles civilizatórios que “domesticaram” as mulheres ocidentais e, nesse sentido, como fantasia/tentação do desejo masculino. Numa outra versão, ela aparece como a Mulher vítima das práticas de homens carentes da sensibilidade ocidental, cuja falta de “civilização” é demonstrada na forma pela qual “tratam suas mulheres” (ADELMAN, 2004, p. 20).

O princípio do processo de construção desta imagem data justamente do período colonial, quando, nas colônias, os corpos femininos foram vítimas

⁷ “This average third world woman leads an essentially truncated life based on her feminine gender (read: sexually constrained) and being "third world" (read: ignorant, poor, uneducated, tradition-bound, domestic, family-oriented, victimized, etc.). This, I suggest, is in contrast to the (implicit) self-representation of Western women as educated, modern, as having control over their own bodies and sexualities, and the freedom to make their own decisions. The distinction between Western feminist representation of women in the third world, and Western feminist self-representation is a distinction of the same order as that made by some marxists between the "maintenance" function of the housewife and the real "productive" role of wage labor, or the characterization by developmentalists of the third world as being engaged in the lesser production of "raw materials" in contrast to the "real" productive activity of the First World”(MOHANTY, 1984, p. 337).

de um poder discursivo distinto, de cunho sexualizado, em que as mulheres colonizadas eram notadas sexualmente e também rotuladas como “ventres do império” (WHITLOCK, 1992). Nessa linha, segundo Jardim e Cavas,

As mulheres negras e indígenas não eram sequer consideradas humanas, mas bestas ou selvagens, suas sexualidades eram objeto de curiosidade e estudo pelo discurso científico naturalista. Nas metrópoles, o exotismo do corpo feminino negro foi também objeto de exibição em espetáculos, seminários de anatomia e medicina, com estudos comparativos em etnologia que buscavam comprovar a sua inferioridade, ou hiperssexualidade, em relação à mulher branca ocidental. Os signos da alteridade racial tornaram-se importantes na construção de uma sexualidade feminina transgressiva (JARDIM e CAVAS; 2017, p. 81).

Ambas representações (a da mulher ocidental e a do homem colonial) sobre a “mulher do Terceiro mundo”, se caracterizam como marcadores das diferenças existentes em relação a esta *outra mulher* e os “criadores” e propagadores de tais representações/discursos. O pós-colonialismo, como já citado anteriormente, tem foco na análise de discursos históricos, de maneira a entendê-los e desconstruí-los, possibilitando o surgimento de novas narrativas, mais abrangentes e inclusivas. Porém, sua maior contribuição ao presente artigo se dá na medida em que tal análise discursiva leva à explicitação de formas de opressão, segregação e exclusão normalmente invisibilizadas.

Uma vez que a análise aqui proposta é sobre os padrões de identificação da mulher brasileira no continente europeu, com foco na experiência das intercambistas da UFF, e que tais padrões de identificação são construídos justamente através do discurso (a ser desenvolvido na próxima seção), a teoria pós-colonial e seu exercício de análise e desconstrução discursiva servem diretamente a este propósito. Por meio de tal exercício, é possível entender não apenas como se constrói a representação da mulher brasileira (a *outra mulher*, a “mulher do terceiro mundo”) no imaginário europeu (o “primeiro mundo”, o “império”, reduto do homem colonial e da mulher ocidental), mas também compreender as consequências práticas de tal representação. Por isso, para França (2012),

Esse exercício analítico não se resume a somar desigualdades, montando-as como um quebra-cabeça, implica, sim, a compreensão da impossibilidade de existência de marcadores de diferença isoladamente, uma vez que estão em interação recíproca e contínua, e por vezes até contraditória. É essa interação que delinea as relações

sociais que as imigrantes estabelecem no país de destino (...) A intersecção desses marcadores, somado ao discurso colonial que apresenta as mulheres das ex-colônias como hipersexualizadas, as associa ao sexo fácil, à prostituição e ao mercado do sexo, posicionando-as como sujeitos inferiores e marginais, contribuindo para processos de exclusão e segregação social (FRANÇA, 2012, p. 3).

Uma denúncia extremamente importante apresentada pela teoria pós-colonial se refere justamente ao modo como o Ocidente construiu a imagem do “outro”. Tal imagem foi, como já citado, elaborada, legitimada e disseminada por meio de discursos para criar o “outro”, o diferente, o “Terceiro Mundo”, e, sobretudo, originou padrões de identificação, principalmente em relação a como se identifica e se “classifica” a mulher do Terceiro Mundo. Os teóricos pós-colonialistas defendem a ideia de que a posição de um determinado sujeito em uma sociedade é construída dentro da lógica do discurso, e não preexistente a esta. Por isso, tais teóricos defendem a revisão de discursos historicamente construídos, visando a superação da lógica colonial, propondo realidades alternativas, mais inclusivas, e que levem em consideração dimensões até então invisibilizadas.

Em seu ensaio “*Can the Subaltern Speak?*” (1988), a autora indiana Gayatri Spivak estabelece duas discussões importantes, e que muito acrescentam a este trabalho. A primeira diz respeito à “subalternidade”, ao sujeito subalterno, e como superar tal cenário; e a segunda diz respeito ao conceito de violência epistêmica. Ambas estão relacionadas ao uso do discurso enquanto ferramenta de construção do outro, numa lógica de inferiorização do diferente.

Em um primeiro momento, é necessário entender o que é definido como “subalterno”. A grosso modo, seria o sujeito que não possui voz política, ou aquele que possui, mas esta não é ouvida. Seria o “outro”, o indivíduo do “Terceiro mundo” (leia-se “não europeu/ocidental”). A partir de tal concepção, Spivak inicia sua discussão a respeito da construção da “subalternidade”. Tal indivíduo é construído pelo intelectual ocidental como “outro”, e tal construção prejudica o desenvolvimento deste subalterno. Posteriormente, Spivak estabelece uma interessante discussão a respeito da concepção de violência epistêmica. Segundo a autora, tal tipo de violência refere-se à tática de neutralização do “outro”, seja este subalterno ou colonizado, invisibilizando-o, silenciando-o e retirando desta qualquer possibilidade de representação. Spivak afirma que,

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Este projeto é também a obliteração assimétrica do rastro deste Outro em sua precária subjetividade (SPIVAK, 1988, p. 76; tradução livre).⁸

A exposição destas duas discussões é essencial para o entendimento de uma terceira dimensão, na qual Spivak fala diretamente à mulher. Segundo a autora, dentro da lógica de “subalternidade”, a mulher possui um lugar demarcado ideologicamente, reservado à ela, e sua condição de subalterna faz com que esta mulher permaneça neste certo “lugar”. Aprofundando este tema, e traçando uma comparação entre a mulher enquanto sujeito subalterno e o sujeito subalterno imperialista, é possível compreender que,

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, a trilha da diferença sexual é duplamente obliterada. A questão não é da participação feminina na insurgência, ou as regras básicas da divisão sexual do trabalho, para ambas as quais há "evidências". É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objeto da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 1988, p. 82-83; tradução livre)⁹.

Portanto, Spivak apresenta a mulher como um sujeito duplamente oprimido: tanto pela dominação imperial na divisão internacional do trabalho, quanto pela dominação masculina, perpetuada e legitimada por uma construção ideológica de gênero, uma vez que a autora entende a questão de gênero como uma forma de obliteração do sujeito subalterno feminino. Para a autora, o sujeito subalterno feminino deve ser observado através de uma lente heterogênea, sobretudo tratando-se das maneiras às quais se estabelecem as opressões. Isso porque existem diferenças fundamentais entre as mulheres, e tais diferenças não podem ser ignoradas ao realizar-se uma análise. Dessa forma, por exemplo, a opressão sofrida pela mulher periférica branca é diferente da opressão sofrida pela mulher periférica negra; e ambas opressões

⁸ “The clearest available example of such epistemic violence is the remotely orchestrated, far-flung, and heterogeneous project to constitute the colonial subject as Other. This project is also the asymmetrical obliteration of the trace of that Other in its precarious Subject-ivity” (SPIVAK, 1988, p. 76).

⁹ “Within the effaced itinerary of the subaltern subject, the track of sexual difference is doubly effaced. The question is not of female participation in insurgency, or the ground rules of the sexual division of labor, for both of which there is 'evidence'. It is, rather, that, both as object of colonialist historiography and as subject of insurgency, the ideological construction of gender keeps the male dominant. If, in the context of colonial production, the subaltern has no history and cannot speak the subaltern as female as even more deep shadows” (SPIVAK, 1988, p. 82-83).

são distintas da opressão sofrida pela mulher ocidental branca, e pela mulher ocidental negra:

Ao tentar aprender a falar ao (em invés de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente silenciado da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente "desaprende" o privilégio feminino. Este 'desaprendizado' sistemático envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar, e não simplesmente substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a) (SPIVAK, 1988, p. 91; tradução livre)¹⁰.

Em outras palavras, a autora pós-colonialista propõe a desconstrução deste discurso histórico relacionado à imagem da mulher, desconstruindo também todo o privilégio feminino que integra tal discurso, de maneira a explicitá-lo e denunciá-lo. Aliás, a autora propõe até mesmo uma crítica ao próprio discurso pós-colonial, sobretudo ao discurso feminista ocidental, que constantemente homogeneiza a concepção de mulher, invisibilizando as diferenças estruturais históricas existentes entre as mulheres do "Primeiro Mundo" e as mulheres do "Terceiro Mundo". É justamente sobre a diferença destas representações das mulheres do "Primeiro Mundo" e as mulheres do "Terceiro Mundo" que se debruça este trabalho.

Sendo assim, após as exposições realizadas acima, pode-se chegar às seguintes conclusões: 1) a representação do "outro" enquanto sujeito subalterno (seja este o sujeito subalterno imperialista/colonizado, ou a mulher enquanto sujeito subalterno) ocorre e se dissemina por meio do discurso, não sendo anterior a esta lógica, mas parte dela; 2) tal discurso é empreendido pelo "Primeiro Mundo", o Ocidente, mas muitas vezes reforçado no próprio "Terceiro Mundo"; 3) tal discurso passa pelas mais diversas dimensões, sendo as principais as dimensões de sexo, raça e classe social; 4) tal discurso gera diferentes tipos de opressão, de acordo com os diferentes marcadores que integram tal sujeito (sendo estes raça, classe social, gênero); e, por fim, ao tratar-se do caso específico da mulher enquanto sujeito subalterno, 5) tal discurso possui uma forte dimensão de gênero, uma vez que culmina na submissão feminina ao dominante masculino.

É por meio da interseção da perspectiva feminista com a pós-colonial, portanto, que se darão as análises a serem realizadas nas próximas seções.

¹⁰ "In seeking to learn to speak to (rather than listen to or speak for) the historically muted subject of the subaltern woman, the postcolonial intellectual systematically 'unlearns' female privilege. This systematic unlearning involves learning to critique postcolonial discourse with the best tools it can provide and not simply substituting the lost figure of the colonized" (SPIVAK, 1988, p. 91).

Tendo-se argumentado a favor de sua eficácia e relevância para o tema a ser abordado, tal perspectiva permeará não apenas as análises de cunho teórico da próxima seção, mas também as interpretações dos dados a serem discutidos na última parte.

Desconstruindo a “Mulher do Terceiro Mundo”

Tendo-se demonstrado o papel do discurso na construção da representação da mulher do “Terceiro Mundo”, e a lógica envolvida em tal construção, cabe ilustrar o conteúdo deste discurso. Dessa maneira, será possível entender os padrões de identificação estabelecidos, ou seja, os marcadores usados para representar e identificar a mulher brasileira, que vão muito além do seu sexo (feminino), e da sua nacionalidade (brasileira), dando origem a estereótipos e visões distorcidas a respeito desta mulher. Além disso, será possível entender de que maneira tal discurso é internalizado e disseminado pelas próprias mulheres (e, como se observará posteriormente, pelo próprio aparelho estatal), transformando a noção e a percepção que estas têm de si mesmas.

Antes de dar início à análise dos marcadores utilizados para caracterizar a mulher do Terceiro Mundo, representada neste trabalho pela mulher brasileira, é necessário explicitar o que se entende, aqui, como padrões de identificação. Para o presente artigo, os padrões de identificação, ao referirem-se à análise discursiva, dizem respeito às repetições encontradas em diferentes discursos sobre um mesmo objeto, que originam um padrão no momento de representar este objeto. Em outras palavras, trata-se basicamente de termos e adjetivos, encontrados em diferentes discursos sobre um mesmo assunto, que, por meio da repetição, passam a ser resgatados frequentemente ao representar-se o objeto em questão, gerando um “lugar comum”, um “discurso padrão/homogeneizado” ao que diz respeito a este objeto. Tal termo pode ser entendido, também, pelo conceito de estereótipo, uma “[...] opinião extremamente simplificada, fixa e distorcida sobre as atitudes, comportamentos e características de um grupo cultural ou social que não aquele ao qual se pertence” (SILVA, 2000, p. 54). O que este trabalho busca analisar é a ideia de que tais discursos, permeados por tais repetições,

quando emitidos e propagados por indivíduos/meios influentes, dão origem a concepções estereotipadas em relação a certo objeto/grupo cultural/social:

Estudar imagens sobre o Brasil em contextos migratórios internacionais é importante para examinar o modo como os corpos das mulheres brasileiras são normatizados. Esses são construídos como representações da identidade nacional brasileira, sendo constantemente sexualizados e racializados através da morenidade e da exotividade. (...) As mulheres brasileiras são representadas seguidamente através de seus corpos exageradamente sexualizados. O elo entre gênero e nacionalidade ajuda a construir discursos sobre elas e seus corpos. A noção de corporalidade, juntamente com a de discurso, sobretudo dos meios de comunicação de massa, abre um importante debate entre autoras feministas sobre o assunto, muito em evidência, sendo importante analisá-los sobre a ótica de múltiplos olhares (BALLERINI, 2018, p. 1).

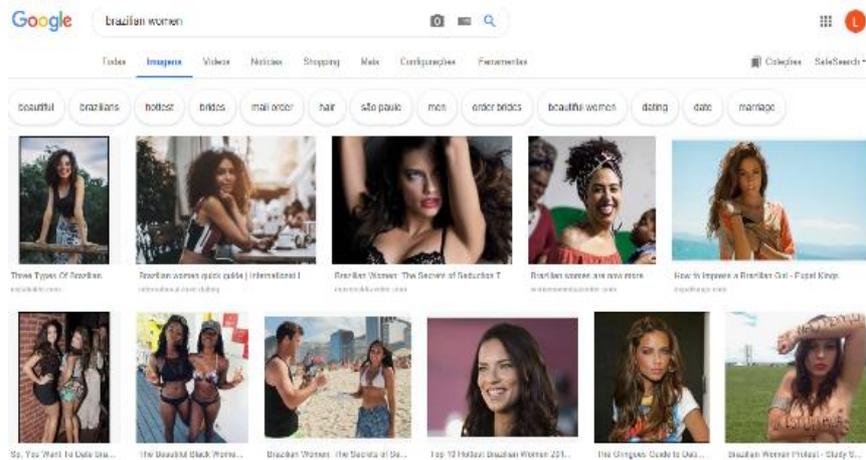
Em outras palavras, Ballerini (2018) denuncia a forma como os meios de comunicação de massa (sejam reportagens de jornal, cobertura de eventos esportivos, ou até mesmo campanhas publicitárias), atuam na normatização dos corpos das mulheres brasileiras, representando-os como a própria identidade nacional brasileira, por meio da chave da objetificação sexual. Tal fato pode ser comprovado ao serem observados os principais “produtos de exportação” relacionados às mulheres brasileiras: um modelo de beleza de nádegas e um estilo de depilação da virilha. Outros estudos apontam, ainda, como o corpo das mulheres brasileiras é um ideal no mercado fitness europeu (ROSSI; BRADBURY, 2015), bem como uma marca comercial utilizada pelas indústrias da moda, na literatura e na imprensa (TAMBKE, 2013).

Em suma, a imagem que se cria em relação à mulher brasileira, imagem está construída e disseminada sobretudo pelos meios de comunicação de massa, é permeada por forte teor sexual, objetificando e submetendo tal mulher ao desejo e fetiche alheio (sobretudo, mas não exclusivamente, ao desejo e fetiche masculino). Como já comprovado, essa imagem é exposta como uma representação da identidade nacional brasileira como um todo, gerando um estereótipo em relação à própria representação do Brasil enquanto país, ao tomar-se em conta as representações das mulheres: a imagem de um país de sexo fácil, festas, carnaval, futebol e cerveja.

De maneira a expor esta representação de uma maneira acessível, realizamos uma pesquisa no principal site de buscas mundial, o *Google*, nas principais línguas europeias (inglês, espanhol, francês e italiano), com apenas

duas palavras: mulher brasileira. Para a pesquisa realizada em inglês, foi obtido o seguinte resultado:

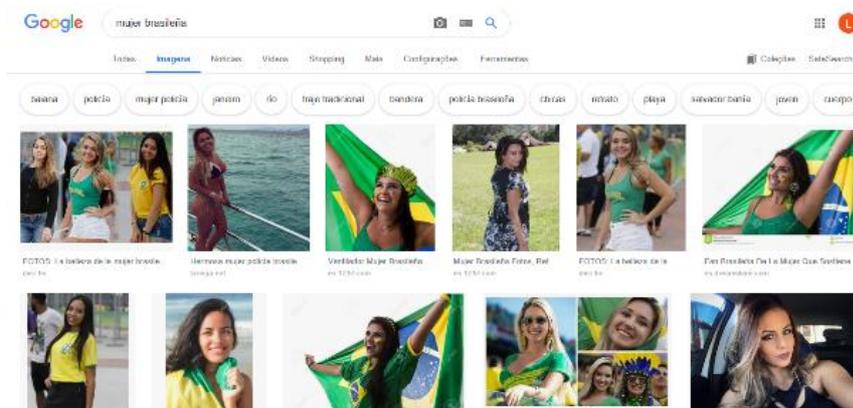
Figura 1: Pesquisa em inglês, através das palavras-chave "Brazilian women"



Fonte: Google¹¹.

Para a pesquisa realizada em espanhol, foi obtido o seguinte resultado:

Figura 2: Pesquisa em espanhol, através das palavras chave "mujer brasileña"



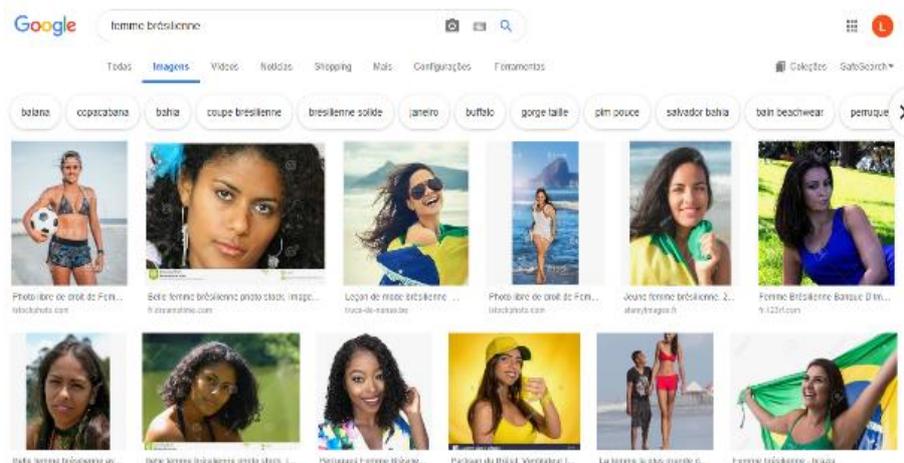
Fonte: Google¹².

Para a pesquisa realizada em francês, foi obtido o seguinte resultado:

¹¹ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=QVTTXLnfKMie5OU Pq_Oq4A0&q=brazilian+women&oq=brazilian+women&gs_l=img.3..35i39j0j0i3018.206859.209376..209706...0.0..0.198.1061.6j4.....1....1..gws-wiz-img.....0i67.wg7JPIH1C3Y> (Acesso em 08 Maio de 2019)>

¹² Disponível em: https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=FFXTXJnPFK2e5OUPq9 qEiAU&q=mujer+brasile%C3%B1a&oq=mujer+brasile%C3%B1a&gs_l=img.3..35i39.259400.261936..262226...0.0..0.201.1050.4j4j1.....1....1..gws-wiz-img.....0j0i67j0i30j0i5i30.joUEWUcY_sU (Acesso em 08 de Maio de 2019).

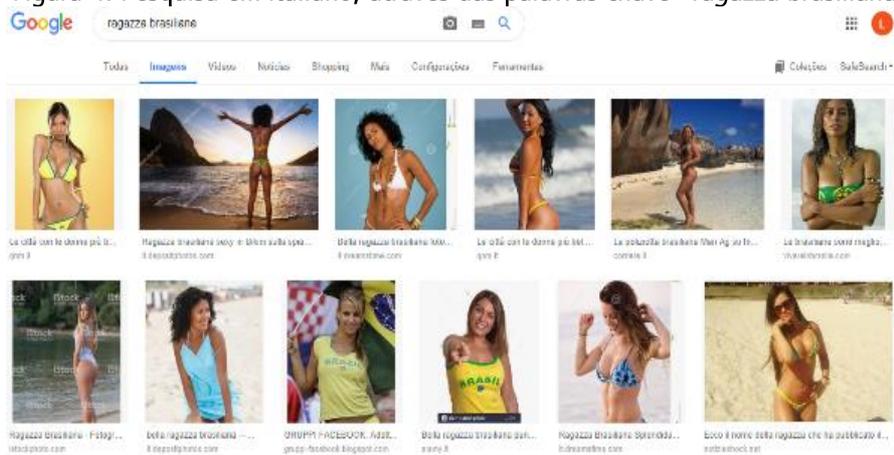
Figura 3: Pesquisa em francês, através das palavras chave "femme brésilienne"



Fonte: Google¹³.

E, por fim, para a pesquisa realizada em italiano, foi obtido o seguinte resultado:

Figura 4: Pesquisa em italiano, através das palavras chave "ragazza brasiliana".



Fonte: Google¹⁴.

Como é possível observar nas imagens expostas acima, existem certos padrões que identificam a mulher brasileira, independente da língua na qual a pesquisa é realizada. É comprovada, por meio destas breves e simples

¹³Disponível em: https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=G1bTXLemLZGV5OUP7c eHqAw&q=femme+br%C3%A9silienne&oq=femme+br%C3%A9silienne&gs_l=img.1.0.35139j0i3013j0i5i30j0i8i3 015.173572.175549..176879...1.0..0.201.1158.4j5j1.....1....1..gws-wiz img.....0j0i67j0i19j0i30i19j0i5i30i19.4anOOv6DHXY (Acesso em 08 de Maio de 2019).

¹⁴Disponível em: https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=zVbTXL_tG- zA5OUPrfaK0A8&q=ragazza+brasiliiana&oq=ragazza+brasiliiana&gs_l=img.3..35139j0i5i30i19.146696.1 50249..150663...1.0..0.133.858.3j5.....1....1..gws-wiz-img.....0j0i67j0i30j0i5i10i30.HYbWgC7Qc9A (Acesso em 08 de Maio de 2019).

buscas, a existências de marcadores que permeiam a existência da mulher brasileira, sexualizando-a e submetendo sua subjetividade apenas às suas características corporais. O primeiro padrão a ser examinado, é o que diz respeito aos textos abaixo de cada imagem resultante de tais pesquisas. Em tais textos, é constatada a repetição de palavras relacionadas às ideias de “beleza” e “sedução”, tais como as variações de “bonita” (“*belle*”, em francês; “*bella*”, em italiano; “*beautiful*”, em inglês; e “*hermosa*”, em espanhol), e até mesmo adjetivos mais vulgares, como “gostosa” (apresentado como “*hottest*”, na pesquisa em inglês).

O segundo padrão a ser observado, é a presença, em todas as línguas pesquisadas, de pelo menos uma foto de biquíni enquanto representação da mulher brasileira. Tais fotos geralmente são apresentadas em poses sensuais e hiperssexualizadas, mesmo em assuntos não relacionados à sensualidade. É o caso da busca em francês, na qual a quinta foto da segunda fileira apresenta uma imagem da “mulher mais alta do Brasil”, e, sem nenhum motivo aparente, tal mulher é retratada na praia, vestindo um biquíni. Também é o caso da pesquisa em espanhol, em que na segunda foto da primeira fileira, fala-se sobre uma policial brasileira, e mais uma vez, sem nenhum motivo aparente, tal mulher é retratada vestindo um biquíni, em uma foto no mar.

O terceiro padrão constatado diz respeito às expressões corporais e faciais presentes em tais imagens. Em todas as pesquisas, pode-se vislumbrar poses que buscam destacar os “atributos corporais” (leia-se: glúteos, seios) de tais mulheres, expondo-as como algo a ser admirado, desejado. Além disso, existem duas expressões faciais predominantes nessas imagens: uma de felicidade (representada por largos sorrisos e expressões de leveza), e uma de sedução (representada por olhares marcantes e expressões mais sérias).

O quarto padrão a ser ressaltado é a existência, em todas as pesquisas (com exceção da busca em inglês, onde tal imagem não aparece logo nas 2 primeiras fileiras), da apropriação de um símbolo nacional, a bandeira brasileira, relacionando-o com esta imagem estereotipada das mulheres do próprio Brasil. Tal símbolo é apropriado e utilizado de diferentes maneiras: em blusas curtas e/ou apertadas, nas estampas dos biquínis, ou mesmo como bandeira.

Esses quatro padrões, portanto, corroboram a validade do argumento proposto neste artigo a respeito da existência de marcadores em relação à mulher brasileira, que perpassam uma lógica de gênero e construção do corpo, agindo numa dinâmica de objetificação sexual, que ajuda a perpetuar a ideia da disponibilidade do corpo colonial. Entretanto, a reprodução dessa lógica é formada, também, pelo próprio aparelho estatal, que age enquanto cúmplice no reforço de tais padrões de identificação/estereótipos. O papel do Estado brasileiro se dá não apenas por meio do discurso, mas até mesmo pela veiculação de materiais expondo e hiperssexualizando o corpo das mulheres brasileiras.

No tocante ao discurso, o que existe de mais explícito e marcante na cultura brasileira é a narrativa da erotização da mulher negra, personificada na figura da “mulata”, tão famosa nos carnavais do Brasil. Tal narrativa é fruto de uma histórica objetificação da mulher negra no país, e consequência de seu passado colonial. Segundo Ribeiro (2018), o termo “mulata” não apenas tem sentido pejorativo, como também resgata a memória de submissão, opressão e sofrimento sentidos pelas pessoas negras durante os longos anos de escravidão no Brasil. Ribeiro cita a figura da Globeleza, um dos símbolos máximos da hiperssexualização do corpo da mulher negra no país, e um personagem criado para divulgar o maior evento nacional, o Carnaval.

Uma vez exposta a existência desse discurso e a lógica envolvida em sua construção, cabe indicar de que maneira o Estado brasileiro se apropria e reproduz o mesmo. Um primeiro (e emblemático) exemplo a ser citado diz respeito a uma cena protagonizada, em 2016, pelo até então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB-RJ), durante a entrega de um imóvel a uma moradora. Ribeiro, também em seu livro, descreve a cena:

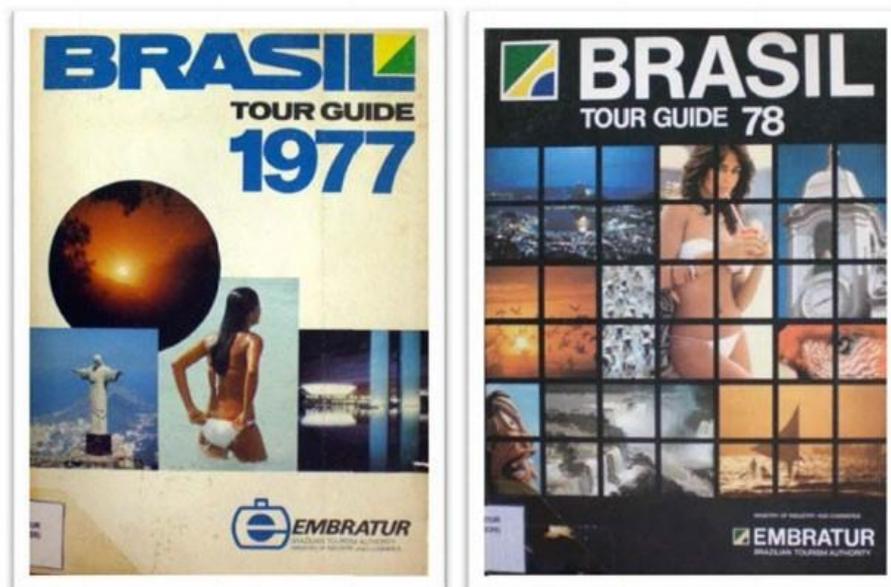
Em 26 de agosto começou a circular pela internet um vídeo sem data ou local identificado com o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB-RJ), fazendo uma entrega de imóveis. Paes faz piadas de cunho sexual, ofendendo uma mulher negra visivelmente incomodada com a situação. O prefeito carioca e a mulher, chamada para receber as chaves do imóvel, entram na casa. Ao chegarem ao quarto, Paes diz: “Vai trepar muito aqui neste quartinho”. Não satisfeito, ele pergunta se a moça é casada e emenda: “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui”. Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, já do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega. “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetta aqui. Tá liberado, hein? A senha primeiro”. Visivelmente envergonhada, a moça se afasta e diz que vai trancar a porta de casa (...) Esse comportamento de Paes diz muito sobre o discurso

autorizado e como algumas pessoas se sentem confortáveis em reduzir um ser humano ao seu corpo. Numa sociedade racista e machista como a brasileira, mulheres negras são hiperssexualizadas e tratada como objetos sexuais. E a relação entre colonização e cultura do estupro é direta: no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente. Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família (RIBEIRO, 2018, p. 119-120).

A grande questão a ser analisada a partir deste texto é que o corpo da mulher brasileira não é apenas objetificado e hiperssexualizado no exterior, mas também dentro do próprio país. A diferença, talvez, seja um recorte de raça: enquanto no Brasil as maiores vítimas dessa narrativa são as mulheres negras, no exterior, tal narrativa é transformada em identidade nacional brasileira, e aplicada a todas as mulheres, independentemente de sua idade, raça, ou classe social. Notadamente, existem diferenças entre os preconceitos e opressões sofridos no exterior pelos diversos tipos de mulheres brasileiras (que apresentam variações de raça, classe social, idade, entre outros), mas a grande questão é que, o que no Brasil foi criado a partir do estereótipo de um tipo específico de corpo, no exterior, ganha uma proporção generalizadora, e age como agente coercitivo, opressor, e limitador, das mulheres brasileiras de uma maneira geral. O que ocorre é, portanto, uma homogeneização da imagem e representação das mulheres brasileiras, excluindo suas subjetividades e individualidades, e resumindo-as apenas a um corpo permeado pelo mito de uma sexualidade aflorada.

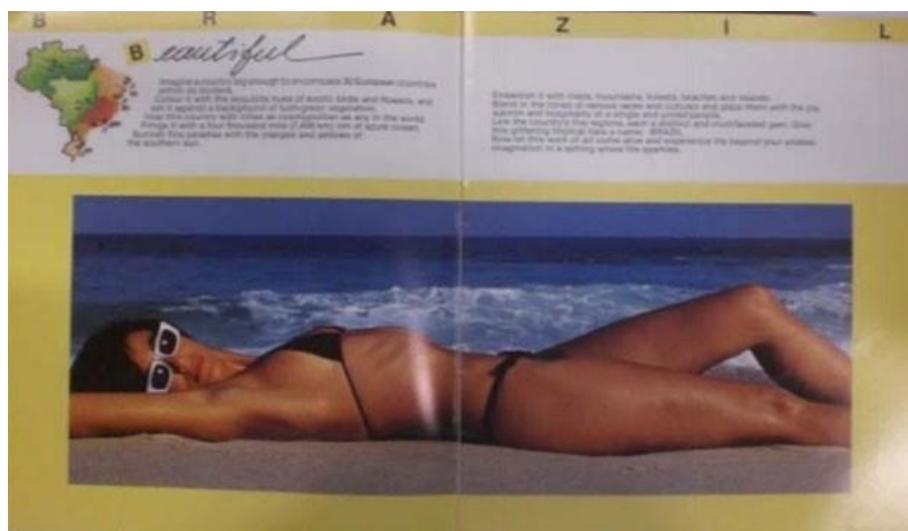
Ainda tratando sobre o papel do Estado enquanto agente legitimador deste processo, pode-se citar um outro exemplo emblemático, das propagandas oficiais de turismo divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Figura 5: Guias da Embratur de 1977 e 1978 com fotos de mulheres na praia.



Fonte: G1¹⁵ (Foto/Reprodução Kelly Akemi Kajihara).

Figura 6: Material de divulgação da Embratur de 1988



Fonte: G1¹⁶ (Foto/Reprodução Kelly Akemi Kajihara).

Os materiais apresentados acima são preocupantes não apenas por auxiliarem na divulgação e representação errônea da mulher brasileira, mas também por incentivarem, implicitamente, o turismo sexual, explorando a mulher como um atrativo turístico. Kelly Kajihara, autora de estudo sobre o

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html> (Acesso em 10 de Maio de 2019).

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html> (Acesso em 10 de Maio de 2019).

tema, afirma que “em muitas publicações oficiais, a imagem da mulher era o centro do material de divulgação, sem contexto, sem nada. Você não sabia onde ela estava, só aparecia o corpo da mulher¹⁷”. Como é possível observar, tais imagens são muito semelhantes às imagens apresentadas anteriormente, no momento da pesquisa, no buscador *Google*, em quatro línguas distintas: todas as imagens apresentam mulheres de biquíni, em poses que favorecem seus “atributos naturais” (que, por sua vez, representam sua “brasilidade”), com expressões físicas e faciais de sedução, provocando forte apelo sexual. O caso se torna ainda mais grave justamente por se tratar de uma propaganda oficial do país, que divulga suas mulheres como um “ponto turístico”, a ser conhecido, explorado, desbravado.

Ainda na temática do turismo, finalizando os exemplos desta seção, é possível citar a declaração do Presidente da República, Jair Bolsonaro, feita recentemente em uma crítica ao turismo homossexual no Brasil.:

SÃO PAULO, 26 ABR (ANSA) – O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (25), durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, que o Brasil “não pode ser o país do turismo gay”. Segundo relato da revista digital *Crusoé*, que participou do encontro, o mandatário disse que, se alguém “quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”. “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”, acrescentou¹⁸.

Além de ser uma declaração de cunho homofóbico, tais palavras reforçam a representação da mulher brasileira como um atrativo turístico, reduzindo-a a um corpo a ser explorado, conhecido, visitado. O mais preocupante, porém, é o fato de tal declaração ter sido proferida pela autoridade máxima da nação brasileira, o seu Presidente, que deveria zelar, proteger, defender o seu povo. Porém, Bolsonaro não apenas ofende a classe homossexual, como também expõe as mulheres brasileiras, abrindo as portas do país em que governa para que estrangeiros venham buscar o sexo com essas mulheres. Um sexo que, a partir de sua declaração, é representado como fácil e garantido.

Todos os exemplos citados anteriormente demonstram como o Estado brasileiro, representado pela mídia (a exemplo da personagem *Globeleza*),

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html> (Acesso em 10 de Maio de 2019).

¹⁸ Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro/> (Acessado em 10 de Maio de 2019).

pelos seus órgãos oficiais (a exemplo da Embratur), ou pelas pessoas que seu povo escolheu para representá-las (nos casos do prefeito Eduardo Paes e do presidente Jair Bolsonaro), age enquanto reforçador e propagador da objetificação da mulher brasileira, tanto no próprio país, como no exterior. Tal ação tem como consequência a sexualização de tais mulheres, a sua redução a um corpo, com curvas voluptuosas, disponíveis para a observação e o toque alheio. Além disso, tal ação também tem consequências práticas, expondo tais mulheres ao preconceito, à violência (física e psicológica), e à exclusão social. No tocante às consequências práticas, a demonstração e comprovação das mesmas será analisada e discutida, a partir de dados quantitativos, na seção seguinte.

O que mostram os dados obtidos sobre a mulher brasileira no exterior

Após a exposição do argumento acerca do duplo sistema de opressões sofrido pela mulher brasileira, enquanto “mulher do Terceiro Mundo”, nesta seção o procedimento será traçar discussões a respeito das consequências práticas da existência e disseminação destes discursos, por meio da análise quantitativa e qualitativa de dados obtidos através de uma pesquisa *survey* realizada enquanto parte integrante deste trabalho. Os dados ajudarão a ilustrar como esses padrões de identificação afetam a experiência internacional das mulheres brasileiras. A seguir, serão expostos brevemente o método de pesquisa escolhido e os resultados coletados, além de depoimentos e relatos de mulheres, incluindo uma das autoras deste artigo.

Esta pesquisa utiliza a aplicação de *surveys* como método de apreensão de percepções. É possível observar algumas características da pesquisa *survey* que servem ao propósito do estudo a ser realizado neste trabalho. Além de servir como fonte de coleta de dados, *surveys* possuem duas finalidades que são extremamente importantes para o propósito deste trabalho: a descrição e a explicação. Neste trabalho, o objetivo é não apenas descrever como se distribuem tais casos de preconceitos e agressões (físicas, verbais, emocionais e psicológicas) decorrentes de tais narrativas que hiperssexualizam a mulher brasileira no continente europeu, mas também explicar de que maneira tais preconceitos e agressões se distribuem dentro do grupo estudado, as intercambistas da UFF.

No caso dos modelos de *survey*, o tipo interseccional foi o escolhido, uma vez que a coleta de dados do grupo a ser estudado (as intercambistas da Universidade Federal Fluminense) foi realizada durante um único intervalo de tempo (uma semana), e por meio do modelo de questionário *online*. Como este trabalho trata de um grupo específico, ou seja, mulheres cisgênero e intercambistas da UFF, é preciso afirmar que a amostra em questão é não probabilística, representando apenas uma parte específica da população.

Na UFF, o órgão responsável por todas as atividades de internacionalização é a Superintendência de Relações Internacionais (SRI). Segundo este órgão, o mapeamento digital da quantidade de alunos alocados em universidades estrangeiras, bem como das informações específicas, como país de destino, duração do intercâmbio e universidade de destino, só está disponível a partir do ano de 2013. Para este texto, a SRI cedeu dados anônimos (leia-se sem informações pessoais dos intercambistas) dos levantamentos realizados entre o primeiro semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2017.

Segundo tais dados, 584 mulheres participaram dos mais diversos programas de intercâmbio oferecidos pela UFF em todo o mundo, entre o primeiro semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2017. No caso específico do continente europeu, 486 mulheres escolheram ou foram alocadas em alguma universidade da região. O foco do questionário/formulário de pesquisa foi este grupo de mulheres, somado ao grupo de mulheres que fez intercâmbio nos anos posteriores e que ainda não foi mapeado pelo órgão (ou seja, do segundo semestre de 2017 até o primeiro semestre de 2019).

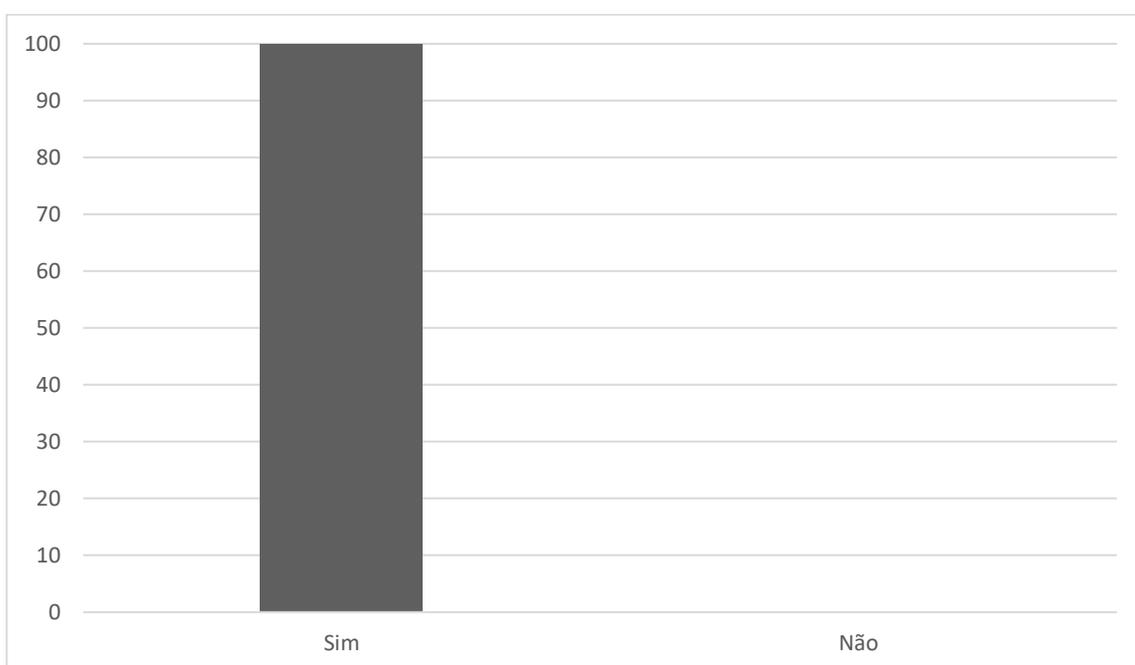
Para realizar a coleta de dados necessária, no dia 13 de maio de 2019 foi lançado um formulário de pesquisa¹⁹, que ficou ativo por uma semana, até 20 de maio de 2019. Ao todo, tal formulário recebeu 102 respostas. Por meio de critérios eliminatórios utilizados para que o formulário fosse respondido apenas pelo grupo-foco da análise (mulheres cisgênero, brasileiras, intercambistas da UFF e que tiveram o continente europeu como país de destino), o número de respostas válidas reduz a 84, o que representa 17,28%

¹⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1NVblXm6GrBnzadKOhDFguATb9DzuCK5K> (Acesso em 19 de Junho de 2019)

do número de intercambistas mapeadas pela SRI que tiveram como destino tal continente.

Por meio de tais dados, é possível traçar algumas discussões. O resultado que mais chama atenção é o que diz respeito ao conhecimento, por parte das intercambistas, dos estereótipos existentes sobre elas próprias, em outro país: todas as 84 mulheres que responderam ao questionário têm ciência da existência e propagação de tal imagem, de acordo com o gráfico abaixo.

Figura 7: Resposta à pergunta "Você tem noção dos estereótipos existentes no exterior em relação à mulher brasileira?", em valores percentuais

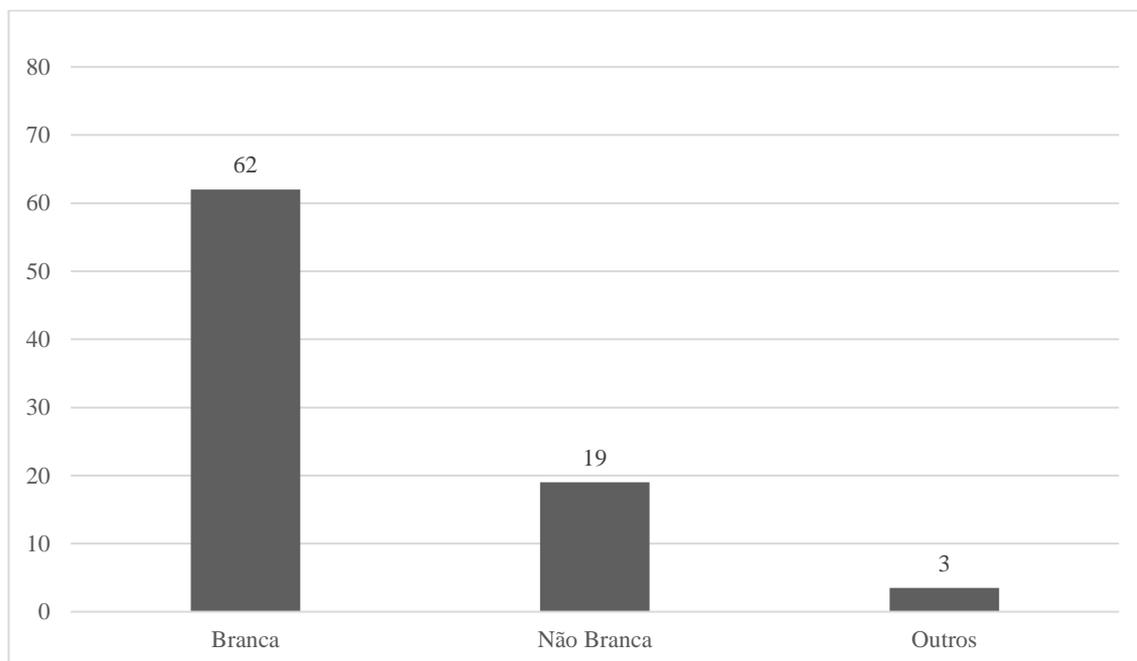


Fonte: Formulário de pesquisa (Maio/2019).

Outro dado importante a ser citado é em relação à raça. Este ponto não tem necessariamente a ver com a natureza das conclusões a serem estabelecidas neste trabalho, mas, devido à gritante diferença exposta através da coleta de dados, não deve ser ignorado: a diferença entre a quantidade de mulheres brancas e negras que realizaram intercâmbio acadêmico pela UFF é enorme. Enquanto 62 destas intercambistas se identificam como brancas, apenas 19 se identificaram como pretas e pardas, incluídas na categoria não brancas no gráfico abaixo. Três intercambistas selecionaram a opção "outros", que inclui os amarelos. Apesar deste trabalho não realizar um recorte de raça, é extremamente necessário não ignorar tal diferença, que se insere em uma

ótica de privilégio e acesso às oportunidades. Tal assunto não será aprofundado, mas, ainda assim, cabe ser citado.

Figura 8: Autodeclaração racial, por grupos, em valores absolutos.

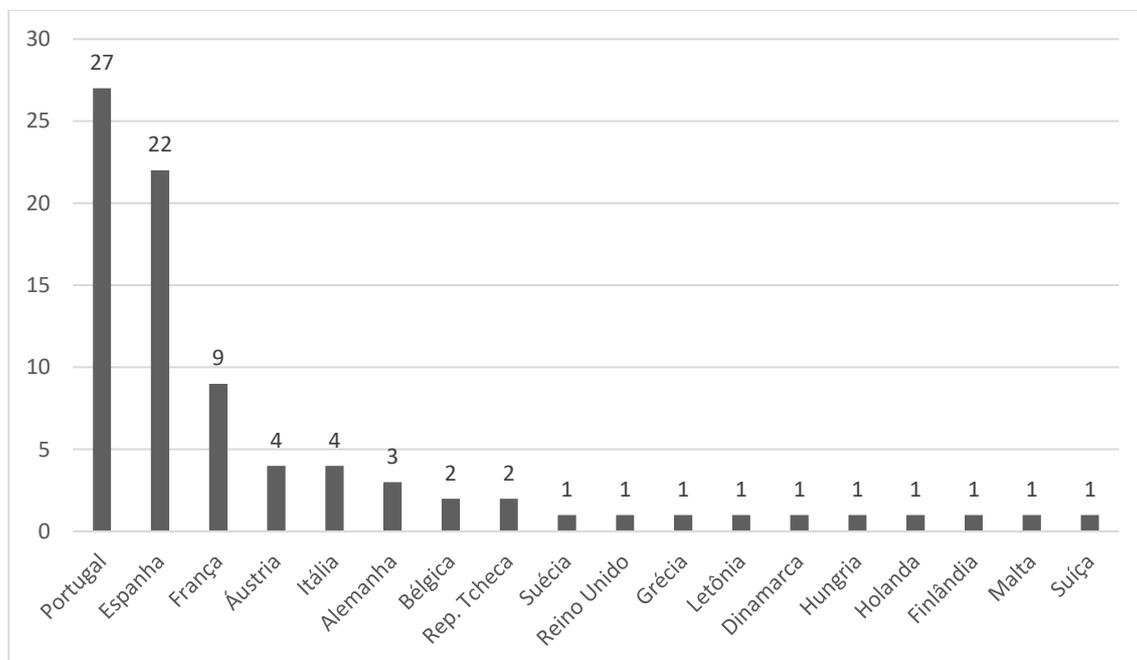


Fonte: Fonte: Formulário de pesquisa (Maio/2019)²⁰.

Também vale destacar que, apesar da grande diversidade de países de destino (18 países), 68 entre as 84 mulheres declararam enfrentar estereótipos na chegada às fronteiras estrangeiras. Tal fato pode ser visto como um indicador de que esta imagem não é disseminada apenas nos países centrais, mas sim espalhada por todo continente europeu. Tais preconceitos foram presenciados e sofridos desde a França, Itália e Espanha, até Hungria, República Tcheca e Suécia. Além disso, Portugal, país que colonizou o Brasil, e o destino da maioria destas intercambistas, foi onde mais se constatou a presença de tais estereótipos/preconceitos.

²⁰ Disponível em (Acesso em 15 de Junho de 2019).

Figura 9: País de destino, em valores absolutos.



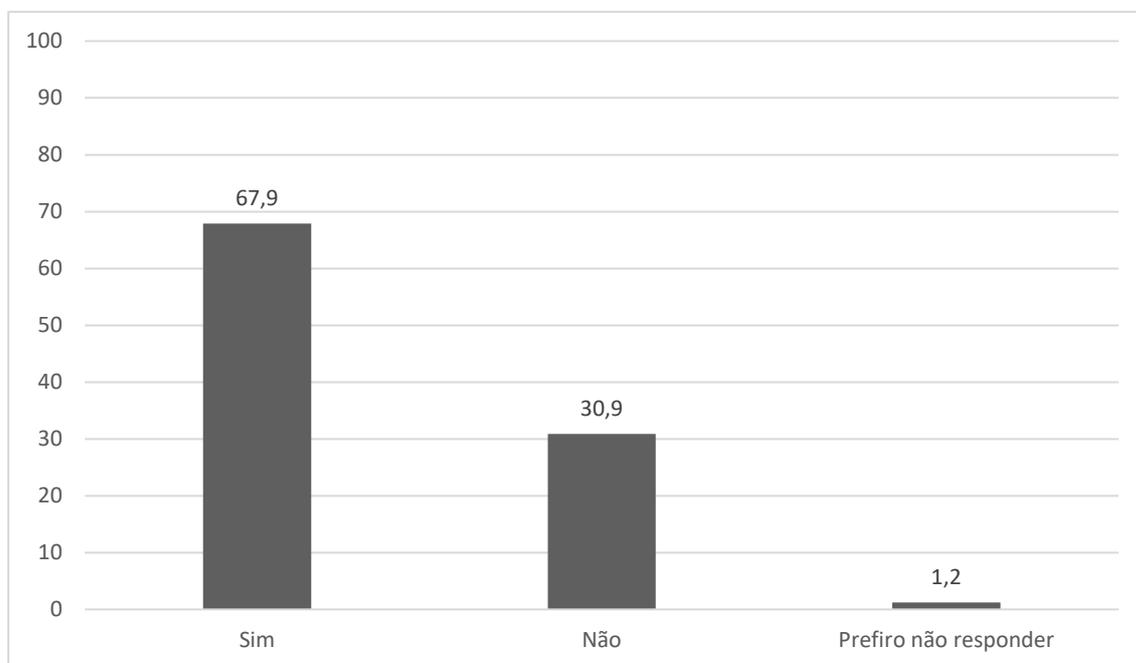
Fonte: Formulário de pesquisa (Maio/2019).

O formulário de pesquisa *survey* realizado para este trabalho, permitiu a coleta não apenas de dados quantitativos, mas também de informações que possibilitam uma análise qualitativa e subjetiva das respostas obtidas. A primeira análise a ser realizada, e a que mais chama a atenção, é em relação à pergunta “(...) você acredita que estes estereótipos influenciaram sua experiência no país de destino?”. Enquanto 100% das mulheres responderam estar cientes da existência de tais estereótipos em relação à imagem da mulher brasileira, 81% afirmaram ter se deparado pessoalmente com tais estereótipos ao adentrar o país de destino, e 50% das mulheres responderam afirmativamente ao serem questionadas se tais estereótipos tiveram algum tipo de influência em sua experiência.

Outro dado a ser analisado, e que também dialoga com o citado acima, é o fato de 63,1% das mulheres que responderam tal questionário afirmaram ter sofrido sexismo. Os dados são coerentes com os referentes à resposta da questão “você acredita ter sido hiperssexualizada (ou seja, objetificada

sexualmente) no país de destino (por parte de estrangeiros)?”: 67,9% das mulheres respondeu afirmativamente, enquanto 1,2% preferiu não responder.

Figura 10: Resposta à pergunta “Você acredita ter sido hipersexualizada (ou seja, objetificada sexualmente) no país de destino (por parte de estrangeiros)?”, em valores percentuais.



Fonte: Formulário de pesquisa (Maio/2019).

Dessa forma, podemos concluir que a existência do estereótipo é conhecida por todas as mulheres que participaram da pesquisa, e que mais da metade identificou que vivenciou na prática o duplo sistema de opressões da mulher do Terceiro Mundo. Esse ponto fica ainda mais tangível a partir dos relatos recebidos. O formulário abria espaço para que as intercambistas, anonimamente, fizessem relatos sobre situações em que o fato de ser mulher e de ser brasileira influenciaram sua vivência na Europa. Havia a opção de permitir a publicação dos relatos, e todas responderam afirmativamente. Dessa forma, apresentamos alguns exemplos²¹:

Relato 1: Diversas situações de assédio me aconteceram. Uma das piores o homem investiu em tentar tocar em mim, em um bar, mesmo eu insistentemente dizendo a ele a noite inteira que não gostaria de ficar com ele. O tempo inteiro ele me questionava “Mas você não é brasileirinha?”. Discuti

²¹ Os textos mantêm, na íntegra, o que foi escrito pelas autoras, inclusive possíveis erros de digitação e ortografia.

com ele diversas vezes dizendo que eu sou BRASILEIRA e não brasileirinha, e que nada mudava o fato de eu não querer ficar com ele. Foi horrível. Fui embora do bar muito abalada” (Enviada: 13/05/2019, às 19:36).

Relato 2: Ouvi vários comentários sobre as brasileiras serem “quentes”, sobre as roupas que a gente usa e as que eu usava, sendo que as europeias presentes estavam vestidas bem igual a mim, sobre meu corpo ser ‘diferente’ e afins mas acho que a situação que mais me marcou psicologicamente foi um vizinho que me parou na rua perguntando se eu era brasileira porque ‘bonita e sexy daquele jeito só poderia ser do Brasil’ mesmo eu ignorando ele disse que era só um elogio e que eu deveria dar mais valor a isso. Fiquei com medo de que ele me seguisse ou algo do tipo e fui aterrorizada para o supermercado que era meu destino aquele dia, além de ter ficado mais atenta na rua porque ele sabia onde eu morava (Enviada: 13/05/2019, às 18:26).

Relato 3: Em diversas ocasiões sociais (bares/festas), quando eu dizia que era brasileira, homens tinham as seguintes reações: comemorar o fato de eu ser brasileira, oferecer mais bebida alcoólica, puxar o meu corpo mais para perto, passar a mão e/ou agarrar diretamente. Procurando apartamento com um amigo meu, entrei em contato com o locatário para agendar um horário de visita, e na resposta por mensagem ele disse que tinha gostado do meu perfil e falou para eu levar proteção porque ele « gostava de transar com mulheres desconhecidas » (Enviada: 13/05/2019, às 20:34).

Relato 4: Um rapaz português com quem eu saía no intercâmbio me disse que em Portugal muitos homens viam as brasileiras como sendo ‘mulheres pra transar’. Eu me lembro que ele disse que assim se dizia: “transe com uma brasileira, mas não case com uma”. Ele me disse que também pensava assim, mesmo nunca tendo saído com uma brasileira, mas que isso tinha mudado depois que me conheceu. E não porque eu estava sendo “bela, recatada, do lar”, transamos no dia que nos conhecemos, porque ele é livre pra essa escolha e eu também e eu afirmava esse discurso pra ele. No fim das contas foi uma boa experiência e nos falamos até hj vez ou outra. Outro caso, aí de xenofobia, aconteceu com uma amiga, mas eu estava presente. Uma amiga foi fazer xixi na rua e o policial viu de longe, na hora que nos aproximamos dele, ela foi autuada, mas não sem um comentário. Ele abriu o

seu passaporte e disse: “tinha que ser brasileira”. Nesse dia voltei pra casa no ônibus com ela falando altíssimo e em espanhol pra todo mundo entender, sobre xenofobia e colonização. Outro comentário: Essas experiências só me deram mais orgulho de ser brasileira e latina! Porque eles se referem muito aos “latinos”, mais que a países. Porém, sei que para algumas essas experiências podem ser fragilizantes (Enviada: 17/05/2019, às 07:57).

Relato 5: Eles sempre acham que fazemos tudo relacionado a sexo só por sermos brasileiras e falam isso na nossa cara mesmo quando acabaram de nos conhecer. Além de ouvir coisas assim, também recebo muitos olhares dependendo da minha roupa, se está mais quente e saio de saia, por exemplo, parece que a rua inteira fica olhando. Fora que sofri assédio verbal em todos os países que fui aqui até agora (Portugal, Espanha, França, Marrocos e Noruega) sendo que os países europeus foram piores que Marrocos. Na França, um homem me pediu informação e enquanto estava vendo o mapa ficou muito próximo de mim, me "encoxando", fez isso 3x e ainda perguntou se era para ele ficar andando comigo. Foi muito desconfortável e isso afetou minha viagem inteira (Enviada: 14/05/2019, às 05:22).

Relato 6: Uma vez andava na rua, passeando durante o dia com amigas, um homem falou alguma coisa q eu n ouvi e segurou meu braço, eu só puxei o braço e acho q nem falei nd, mas minhas amigas mandaram ele me soltar e quando percebeu q eu era brasileira começou a falar que ‘brasileiras são mais baratas’ (nos chamando de prostitutas) (Enviada: 14/05/2019, às 18:23).

Relato 7: Por ser branca, quando me identificava como brasileira, sempre ouvia que não "parecia" brasileira. Mas a partir do momento em que sabiam que eu era brasileira, os homens partiam do pressuposto que eu era uma pessoa sempre disponível para sexo, para satisfazer fantasias, etc. É nítido como a abordagem se alterava (Enviada: 14/05/2019, às 08:38).

A partir da gravidade das declarações, torna-se ainda mais palpável que a discussão sobre a identificação da mulher brasileira é extremamente importante e deve ser estabelecida. Argumentou-se, a partir das seções anteriores, a existência de um discurso relacionado à imagem das mulheres brasileiras, bem como toda a lógica de cunho histórico e cultural envolvida na criação, consolidação e disseminação de tal discurso. Foi indicada a existência

de tal lógica, que não apenas é anterior a existência de tais mulheres, mas que também as categoriza, inserindo-as nesta concepção, e atribuindo a estas mulheres juízos de valor e características que estão atreladas apenas a uma variável: sua nacionalidade enquanto mulher brasileira.

A exposição e a análise dos dados são fundamentais não só para comprovar a existência de uma “pré-concepção” relacionada à mulher brasileira, pois isto é um fato já demonstrado. O que está se discutindo aqui, na realidade, é justamente a exposição das consequências práticas da existência de tal pré-concepção, uma vez que tais mulheres entram em contato com a mesma. Além das consequências já elucidadas nesta seção, obtidas através da análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, tais como episódios de sexismo e hiperssexualização, e também o surgimento de sequelas psicológicas e emocionais, uma vez que tais mulheres se culpam por tais experiências, é importante dar voz aos relatos destas mulheres, expondo tais consequências não mais sob uma ótica de interpretação, mas através da reprodução original dos relatos recebidos.

Conclusão

Sensual, quente, fácil e disponível são palavras que constroem a narrativa da mulher brasileira em seus padrões de identificação no exterior. Esses padrões imagéticos, formados historicamente e perpetuados pelo próprio governo, criam imagens pré-concebidas que interferem na experiência que tais mulheres vivem e sentem ao estarem em outro território. Nessa linha, o objetivo deste artigo centrou-se no entendimento e elucidação da existência de padrões de identificação relacionados à imagem da mulher brasileira, através do estudo de caso das experiências das alunas da UFF que fizeram intercâmbio acadêmico por meio desta instituição, mas não se resumiu apenas à perspectiva teórica. Para além disso, esta pesquisa tem caráter informativo, visando atingir não apenas a população brasileira de maneira geral, mas principalmente as mulheres brasileiras.

Ainda existe uma enorme falta de informação a respeito deste assunto, o que faz com que muitas mulheres tenham sua experiência internacional maculada e, inclusive, achem que a situação sofrida foi, de alguma maneira, culpa delas mesmas. É preciso, portanto, mostrar como esta lógica é anterior,

maior e pré-existente a todas nós. É preciso mostrar como, independente da roupa que vestimos, do cabelo que temos, ou do batom que usamos, estamos inseridas nesta “categoria”, nestes padrões pré-concebidos, e sujeitadas à uma ótica de preconceito, apenas por sermos brasileiras.

A partir das teorias feministas sobre a formação da imagem da “Mulher do Terceiro Mundo” e da apresentação dos dados do *survey*, que indicaram que todas as intercambistas que responderam à pesquisa estão cientes da existência desses padrões, este texto não poderia ser concluído de outra forma: um dos relatos recolhidos na pesquisa pertence a uma das autoras, e transcrever este pedaço de fala aqui neste curto espaço tem um significado de cura. Importante como relato, importante como entendimento, importante como página que é passada à limpo diante das questões como essas que mulheres enfrentam diariamente, mas importante também como possível fortalecimento e empoderamento de outras leitoras, em suas experiências próprias. Serve também como uma reverência a todas as mulheres que optaram compartilhar as experiências no intercâmbio e que se propuseram a ajudar na construção deste texto.

“Fazer um intercâmbio, sair do Brasil, sempre foi um sonho. Um sonho distante, devido a minha condição financeira, mas sempre um sonho. Ao conseguir uma bolsa de estudos para realizar esse sonho em 2017.2, na Universidad de Salamanca, Espanha, me preparei cheia de ânimo, expectativas. Acho que é assim com todo mundo, né? Afinal, são 6 meses em um país diferente, todo mundo se anima com o mundo de possibilidades que se abre a partir disso. Mas, chegando na Espanha, esse sonho virou um pesadelo. Sendo mulher, negra, latina, e principalmente, brasileira, vivi o racismo, a xenofobia e o sexismo na pele, dia após dia. Alguns episódios foram muito marcantes, como as diversas vezes em que homens em festas vieram me perguntar ‘quanto eu cobraria’ para dormir com eles, ou se eu era uma ‘dançarina da noite’. Isso sem contar as consequências físicas: passadas de mão, apalpadas, homens me agarrando à força. Mas para mim o pior foi perceber que, não, isso não era restrito à Espanha. Eu conheci 16 países durante meu período de intercâmbio, e em todos eles, sem exceção, eu fui tratada como sem valor, como uma mulher fácil. Em todos eles vivenciei uma situação de assédio. Em dois, escapei por muito pouco de situações de estupro. Espanha, Marrocos, Itália, França, Portugal, Irlanda, Bélgica, Alemanha, República Tcheca, Romênia, Bulgária, Grécia, Turquia, Hungria, Eslovênia, Polônia. O que todos esses países têm em comum? A forma como me fizeram sentir; as marcas que deixaram em mim. Aos poucos, desenvolvi problema com bebida, porque encontrei no álcool uma solução, uma maneira de aguentar todos aqueles olhares e julgamentos quando eu saía para me divertir. Problema essa que trouxe comigo pro Brasil, e depois de muito tratamento psicológico e psiquiátrico, que eu, aliás, até o dia de hoje continuo fazendo, consegui superar. Mas ainda é uma sombra que me persegue. Não me arrependo de ter feito o intercâmbio, e, por mais contraditório que isso

pareça, se tivesse a opção, faria tudo outra vez. Foi uma experiência ruim em muitos aspectos, mas, ao conseguir trabalhar nisso e perceber que, não, a culpa não é minha, todas essas experiências me tornaram uma mulher muito mais forte e consciente de mim, do meu corpo, das minhas capacidades. Se não fosse por essas experiências, meu TCC seria sobre Oriente Médio, provavelmente. Mas, por causa delas, estou aqui, tendo a oportunidade de fazer essa denúncia, e também de dar voz à outros relatos, à outras denúncias, à outras mulheres. E agora eu sei que não estou sozinha. E, mais do que nunca, que a culpa não é minha, que a culpa não é nossa” (Enviada: 16/06/2019, às 13:17, por Larissa Lima).”

Referências bibliográficas

ADELMAN, Miriam. Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas. **Seminário Temático- Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade.** Minas Gerais, 2004. Disponível em <<https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st22-3/4070-madelman-feminismo/file>>. Acesso em 20/06/2019.

BALLERINI, Damiana. A “imagem” das mulheres brasileiras no exterior: corpos, meios de comunicação e discursos. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade.** Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/336.pdf>>. Acesso em 18/06/2019.

FRANÇA, Thais. Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios. **E-Cadernos Centro de Estudos Sociais**, vol. 18, 2012. Disponível em <<https://journals.openedition.org/eces/1527?lang=en#quotation>>. Acesso em 19/06/2019.

JARDIM, Gabriel de Sena; CAVAS, Cláudio de São Thiago. Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo. **Ponto e Vírgula (PUC-SP)**, n.22, 2017. Disponível em

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/33335/24902>>. Acesso em 13/06/2019.

MCKINNON, Catherine. **Feminism, Marxism, Method, and State: An Agenda for Theory.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MOHANTY, Chandra Talpade. **“Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles.** Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

NOVAES, Caio Bradbury; ROSSI, Célia Regina. **O corpo das mulheres brasileiras e o seu estereótipo no universo fitness em Portugal.** Cadernos Pagu, n. 52, 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100506&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18/06/2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SAID, Edward W. **Orientalism**. Nova Iorque: Random House Inc., 1979.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 1067-1068.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAMBKE, Erika. Mulheres Brasil 40º: os estereótipos das mulheres brasileiras em Londres. **Espaço e Cultura**, n. 34, 2013. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/12744>>. Acesso em 19/06/2019.

WHITLOCK, Gillian. **Outlaws of the Text: Women's Bodies and the Organisation of Gender in Imperial Space**. Australia/Canada: Calgary Institute for the Humanities, 1992.